

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1005725-74.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Valdir Pestana Santos**
 Requerido: **Tokio Marine Seguradora S/A**

Justiça Gratuita

VALDIR PESTANA SANTOS ajuizou ação contra **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**, pedindo a condenação ao pagamento da importância de R\$ 23.002,85, correspondente a 60% do capital segurado em apólice de seguro, compatível com o grau de sua incapacidade parcial e permanente resultante de acidente do trabalho, bem como ao pagamento de indenização por dano moral, haja vista o constrangimento decorrente da não percepção do valor devido.

Citada, a ré contestou o pedido, afirmando que o pagamento efetuado significou quitação e correspondeu à indenização efetivamente devida.

Manifestou-se o autor.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

A quitação outorgada pelo autor restringe-se ao valor consignado no instrumento, sem significar renúncia ao direito de demandar o pagamento de montante correspondente à indenização acaso devida.

É incontroverso que o autor sofreu acidente do trabalho, resultando amputação da falange distal do segundo dedo da mão direita, padecendo doravante de invalidez parcial e permanente para o labor, consoante concluiu o perito judicial em ação judicial pertinente ao benefício devido pelo INSS (fls. 30/32).

Fique claro, contudo, que os parâmetros da Lei Acidentária 8.213/91, impondo à autarquia previdenciária o pagamento de auxílio-acidente de 50% do salário-de-benefício, restringe-se a tal relação entre segurado e segurador-obrigatório, não se aplicando às relações jurídicas com seguradora privada.

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Em Contrato de Seguro de Vida em Grupo firmado pela empregadora, a estipulante A. W. FABER CASTELL S. A., estabeleceu-se o capital segurado de R\$ 38.338,08 para a hipótese de invalidez permanente total ou parcial por acidente, pagando-se integralmente o valor se ocorrer invalidez total e de acordo com os percentuais estabelecidos nas Condições Gerais, se parcial (fls. 57). Portanto, detectando-se invalidez parcial, é necessário conferir-se a tabela própria e não, como pretende o autor, utilizar-se o critério da lei acidentária.

Houve perda da falange distal do segundo dedo da mão direita, o indicador (fls. 25).

A perda total do uso de um dos indicadores corresponde à indenização de 15% do capital segurado. Já no caso de perda total do uso de qualquer falange, excluídas as do polegar, a indenização equivale a 1/3 do valor do dedo respectivo, conforme a tabela adotada nas Condições Gerais (fls. 61). Assim, o valor indenizatório é de 5%, exatamente os R\$ 1.916,90 já pagos (fls. 4).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 01 de agosto de 2018.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA